

INVENTÁRIO PARTICIPATIVO DO COMPLEXO INDUSTRIAL DA FÁBRICA SÃO MARTINHO (TATUÍ)

PROBLEMÁTICA (objeto, problema e objetivos)

O inventário participativo que aqui se apresenta contempla como objeto de pesquisa o universo fabril e operário da antiga Fábrica São Martinho, reunindo suas instalações industriais, uma vila operária, a residência dos administradores e dos familiares do proprietário e um campo de futebol do clube operário. Esse universo inventariado inclui também outros bens que guardam relação com a Fábrica, tais: como o rio Manduca, fonte de abastecimento para o processo fabril, a Vila Esperança, bairro vizinho onde moravam muitos trabalhadores, a Igreja de São José Operário e a sede do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem, situado no centro da cidade. Assim, a delimitação do território do inventário assumiu um espaço ampliado para incluir referências culturais ligadas à história dos trabalhadores da fábrica.

A fábrica São Martinho, ao longo de sua história de mais de um século de existência, teve diversas denominações em função da mudança de seus proprietários, mas para fins deste inventário adotou-se o nome mais conhecido e popular.

No que diz respeito à problemática que envolve e justifica a realização do inventário e seus objetivos, cabe destacar:

a) Os limites das políticas públicas de preservação do patrimônio cultural

Embora a Fábrica São Martinho seja um patrimônio tombado em duas instâncias, no âmbito estadual pelo Condephaat, por meio da Resolução SC no.61 de 2007, e no âmbito municipal por meio do decreto municipal no. 4.735/05, seu estado de preservação é precário, resultado do abandono contínuo promovido pelos proprietários, desde os anos 1990, depois que a fábrica encerrou suas atividades.

Tendo em vista que cabe ao Condephaat fiscalizar, autuar e multar aqueles que demonstrem condutas sistemáticas omissivas e dolosas em relação ao patrimônio tombado, o órgão encaminhou ao longo do tempo providências legais como: abertura de processos administrativos, realização de auto de constatação de conduta irregular e notificação.

Apesar da existência de processo administrativo, até o momento não há notícia de que os proprietários foram multados ou que esses procedimentos resultaram em alguma ação punitiva. Neste sentido, um dos limites das políticas públicas se dá pela ausência de providências legais concretas, o que acaba funcionando como um fator de estímulo à continuidade do abandono.

Acrescenta-se a isso o fato de que na instância federal, a solicitação de tombamento encaminhada ao Iphan, em 2022, resultou em indeferimento, causando frustração das expectativas dos moradores e ativistas do movimento em defesa da fábrica e impossibilitando a ampliação da proteção legal em nível federal, fato que poderia contribuir para reforçar a importância da preservação do conjunto e traria a possibilidade de uso de recursos públicos para o restauro e conservação.

Neste sentido, a primeira problemática do inventário se relaciona ao fato de que é preciso garantir a eficácia da proteção legal por meio dos diversos instrumentos existentes, além de reforçar a sua ampliação, de forma a viabilizar a conservação física deste bem cultural.

Assim, o primeiro objetivo do inventário participativo é produzir conhecimento de maneira a contribuir para o avanço das políticas públicas de preservação no que diz respeito aos destinos da Fábrica São Martinho.

b) A demanda social pelo tombamento e preservação

Parte da problemática do inventário tem um sentido positivo ligado ao fato de que esse patrimônio fabril e operário é objeto de grande demanda social; trata-se do suporte material de uma memória viva que permanece entre os moradores da cidade, muitos deles antigos trabalhadores ou seus parentes.

Em função disso surgiu um movimento em defesa da fábrica, o Coletivo Vozes da São Martinho, que reúne jovens ativistas da cultura, militantes políticos, moradores e antigos trabalhadores, pesquisadores e especialistas em patrimônio. Organizado desde o ano de 2021, mesmo em contexto do isolamento social provocado pela pandemia da Covid-19, o grupo vislumbrou no inventário participativo uma maneira de mobilizar, sensibilizar e produzir material para subsidiar o pedido de tombamento federal. Neste sentido, organizou atividades de formação na metodologia do inventário participativo que contou com a condução da então coordenadora de Educação Patrimonial do Iphan, a educadora e socióloga Sônia Regina Rampim Florêncio, por meio de encontros virtuais.

Para potencializar esta ação, em 2022, já em situação presencial, o coletivo realizou o Festival Vozes da São Martinho, um evento que ocupou a rua principal onde se localiza a fábrica reunindo inúmeros moradores da cidade e antigos trabalhadores.

Foram organizadas apresentações musicais, atividades de coleta de depoimentos de história oral e falas públicas para esclarecimentos e apoio à pauta da preservação do patrimônio. O objetivo era dar início à coleta de material para a realização do inventário participativo, que acabou não ocorrendo naquele momento. A ideia, porém, foi trazida e acolhida pela equipe do projeto do CNPq, que adotou a Fábrica como um dos 4 casos de atuação no país.



Figura 1 e 2 - Material de divulgação do Primeiro Festival Vozes da São Martinho.
Fonte: facebook/vozesdasaomartinho

O festival em 2024 seguiu para segunda edição e mostrou que a população está engajada na preservação deste patrimônio.

Neste sentido, o segundo objetivo do inventário participativo é apoiar e fortalecer a mobilização social contribuindo para ampliar a documentação do pedido de tombamento no Iphan, assim como solicitando a reconsideração da decisão anterior.

c) O silenciamento sobre o passado operário

A fábrica São Martinho está presente na produção historiográfica local, nos espaços museológicos e nas pesquisas sobre patrimônio cultural, com destaque para a trajetória dos primeiros proprietários e sua composição familiar. Porém sabe-se

pouco sobre as trabalhadoras e trabalhadores dos diferentes momentos históricos em que a empresa funcionou nos mais de 100 anos de existência.

Não estão disponíveis e sistematizados, na produção historiográfica e nos acervos de documentação histórica, dados e informações sobre os/as trabalhadores/as, onde e como moravam e como se davam as relações de trabalho e os conflitos entre o operariado e o patronato. Não há menção à existência de greves, de mobilizações e lutas da classe trabalhadora e nem ao papel e presença da organização sindical, muito embora o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Tatuí e Região tenha se constituído nos anos 1940.

Assim, a operação historiográfica produz uma memória oficial heroica, dos grandes fatos e feitos, do progresso material sem conflito ou opressão, determinando as fontes de pesquisa e os testemunhos que podem falar pelo passado (POLLAK, 1992). Em consequência, produz um silenciamento sobre o passado que diz respeito ao cotidiano de vida e trabalho, as lutas e a mobilização da classe trabalhadora em Tatuí.

A produção do silenciamento pode se dar a partir de duas diferentes estratégias: a da rasura e a da banalização (TROUILLOT, 2016). A rasura acontece quando não se produz conhecimento sobre o acontecido, apagando-o ou cancelando-o como um fato histórico. É como se ele não tivesse acontecido. Esta foi a estratégia usada para produzir silenciamento sobre as formas de organização da classe trabalhadora das fábricas têxteis de Tatuí, pois não há menções às greves ou às formas de mobilização da classe.

Mas há ainda outra maneira de produzir silenciamento a partir da negação do conteúdo político dos acontecimentos, a partir da sua banalização. É uma forma de trivializar o passado, retirando dele as múltiplas formas de opressão diária que acontecem dentro do universo fabril, resultado da exploração do trabalho. Ocorre, por exemplo, quando se naturaliza o uso de crianças como mão de obra nas fábricas, justificando para isso a contribuição ao orçamento familiar ou a pretexto moral, afastando-as dos vícios da rua.

Muito embora a classe operária tenha sido um tema em debate para as ciências humanas nos anos 1980, ele não foi esgotado, ao contrário, foi abandonado, restando ainda inúmeras lacunas no conjunto da produção acadêmica sobre o tema. Este é o caso dos trabalhadores da Fábrica São Martinho.

Semelhante silenciamento sobre a classe trabalhadora se dá nas políticas de preservação do patrimônio cultural, mesmo quando se trata do tema do patrimônio industrial. Smith, Campbell e Schacker (2011), alertam para a pouca representação da classe trabalhadora no patrimônio industrial, mesmo em países com forte investimento na identificação dessa categoria. Os autores lembram que o tratamento do tema tem abstraído as pessoas e a luta de classes, o que leva-os a afirmar que: “A classe ainda importa” (idem, p.1).

Assim, a memória operária está ameaçada pelas circunstâncias do presente, pela produção da ausência da classe trabalhadora nas narrativas oficiais construídas sobre o patrimônio industrial. Segundo Chauí (2006), constitui-se uma memória oprimida pela monotonia da repetição de uma história oficial celebrativa em que está presente unicamente a figura do proprietário “empreendedor”, elevado à condição de herói, o vencedor. Para a autora, trata-se da “[...] vitória do vencedor a pisotear a tradição dos vencidos”.

Para combater essa política de silenciamento é preciso um *trabalho de memória*, noção mobilizada por autores como Ecléa Bosi (2003; 2010) e Paul Ricœur (2012). Para a primeira, é preciso considerar que, longe de ser apenas a lembrança pura que traz à tona um momento único da vida, a memória é, principalmente, trabalho sobre o tempo vivido, uma forma organizadora que reconstrói o acontecido a partir do que se vive no presente. Trata-se da experiência de releitura do passado. Neste mesmo sentido, Ricœur explicita que não se trata de evocar o passado de forma nostálgica, nem do culto celebrativo que funda um dever de memória. É preciso considerar a noção de um *trabalho de memória* que retira do acontecimento passado seu caráter exemplar, sua função pedagógica de apreender, aquela que converte a memória em um projeto.

Este trabalho vai em busca do que Pollak (1992) chamou de memória subterrânea, aquela dos grupos sociais que ficam de fora da memorialização oficial, ou seja, os grupos subalternizados. O termo “subterrânea” traz o sentido de algo que se encontra abaixo de uma superfície definida pelos interesses hegemônicos - aqueles que elaboram as políticas, destinam os recursos e as iniciativas de valorização e de visibilidade.

Semelhante esforço fazem os autores Smith, Campbell e Schacker (2011), organizadores do livro “Heritage, labour and the working classes” ao apresentar e discutir exemplos de usos positivos que pessoas, comunidades e organizações da

classe trabalhadora estão dando ao patrimônio no presente, ou de que maneira esses sujeitos sociais, partindo do passado e do sentido de lugar e da tradição, reinterpretam sua identidade no presente, em contexto de mudanças econômicas, sociais e políticas que corroem laços de longa data de solidariedade de classe”. (idem, p. 1, tradução livre)

Neste sentido, o terceiro objetivo do presente Inventário Participativo é contribuir para que esse *trabalho de memória* possa romper com o silenciamento sobre o passado operário, suprimindo a lacuna da produção historiográfica e do campo do patrimônio cultural.